

* Escola Superior de Tecnologia de Tomar

Ano letivo: 2022/2023

TeSP - Segurança e Proteção Civil

Técnico Superior Profissional

Plano: Despacho n.º 12802/2021 de 29/12/2021

Ficha da Unidade Curricular: Direito da Proteção Civil

ECTS: 3; Horas - Totais: 81.0, Contacto e Tipologia, T:15.0; TP:30.0;

Ano | Semestre: 1 | S1

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 62234

Área de educação e formação: Direito

Docente Responsável

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida

Professor Adjunto

Docente(s)

Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida

Professor Adjunto

Objetivos de Aprendizagem

Os objectivos desta unidade curricular são a aquisição e consolidação de alguns conhecimentos fundamentais sobre:

- O contexto da protecção civil;
- Organização política do Estado;
- Relação do Estado com o cidadão;
- As fontes de Direito nacionais e europeias;
- Responsabilidade civil extracontratu

Objetivos de Aprendizagem (detalhado)

Os objectivos desta unidade curricular são a aquisição e consolidação de alguns conhecimentos fundamentais sobre:

- O contexto da protecção civil;
- Organização política do Estado;
- Relação do Estado com o cidadão;
- As fontes de Direito nacionais e europeias;

- Responsabilidade civil extracon

Conteúdos Programáticos

1. A protecção civil como direito dos cidadãos;
2. A Constituição como lei fundamental.
3. A Administração Pública.
4. As fontes normativas do direito de protecção civil;
5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado;
6. O regime jurídico da responsabilidade extracontratual do Estado.
7. O Direito da protecção civil na União Europeia.

Conteúdos Programáticos (detalhado)

1. A protecção civil como direito dos cidadãos
 - 1.1. Noções gerais.
 - 1.2. Estudo da sua evolução.
 - 1.3. A influência da jurisprudência no reconhecimento das responsabilidades do Estado para com o cidadão.
2. A Constituição como lei fundamental
 - 2.1. A organização política do Estado
 - 2.2. As tarefas fundamentais do Estado.
 - 2.3. A Assembleia da República e o Governo e respectivas responsabilidades na política de protecção civil.
3. A Administração Pública
 - 3.1. O princípio da precedência da lei.
 - 3.2. A Desconcertação e Descentralização e seu reflexo na organização da protecção civil.
4. As fontes normativas do direito de protecção civil.
 - 4.1. O processo legislativo.
 - 4.2. A hierarquia das normas.
 - 4.3. Inconstitucionalidade por acção e por omissão.
5. Os princípios fundamentais da protecção civil, à luz da Constituição e da responsabilidade do Estado

Metodologias de avaliação

Realização de fichas de trabalho e um teste escrito para avaliação contínua. Em alternativa, os alunos podem optar pela realização de um trabalho individual sobre uma das temáticas abordadas, a expor em contexto de aula. Dispensam de exame os alunos que obtiverem classificação igual ou superior a 10 valores.

Exame final, por teste escrito 100%.

Software utilizado em aula

Estágio

Bibliografia recomendada

- Figueiredo, A. (2010). *Dimensões europeias do princípio da precaução*. 1ª, Coimbra Editora. Coimbra
- , (1998). *O Estado de necessidade e a urgência em Direito Administrativo*. 1ª, Almedina. Coimbra

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

A abordagem e aprendizagem dos conteúdos programáticos referidos são o meio adequado a habilitar os discentes a cumprir os objetivos que nos propomos.

Metodologias de ensino

Aulas de carácter expositivo, com análise da legislação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

Só através da leitura e aprendizagem das técnicas de interpretação, os discentes poderão, no futuro, ser capazes de analisar a legislação, interpretá-la e aplicá-la.

Língua de ensino

Português

Pré-requisitos

Programas Opcionais recomendados

Observações

ODS - 4 e 13
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- 4 - Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;
- 13 - Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus

impactos;

Docente responsável
